



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A T A

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE. No vigésimo terceiro dia do mês de julho de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se de forma *on-line*, pela sala de *Webconferência* no Zoom.us, sob a presidência do Magnífico Reitor, Emmanuel Zagury Tourinho, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com a presença dos seguintes membros: Gilmar Pereira da Silva, Vice-Reitor; Edmar Tavares da Costa, Pró-Reitor de Ensino de Graduação; Raimundo da Costa Almeida, Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; Raquel Trindade Borges, Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; João Cauby de Almeida Júnior, Pró-Reitor de Administração; Maria Iracilda da Cunha Sampaio, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira, Pró-Reitora de Relações Internacionais; Nelson José de Souza Júnior, Pró-Reitor de Extensão; Eliomar Azevedo do Carmo, Prefeito; Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha, representante docente do Instituto de Ciências Jurídicas; Orlando Franco Maneschy, representante docente do Instituto de Ciências da Arte; Maria Elena Crespo López, representante docente do Instituto de Ciências Biológicas; Paulo César de Lima, representante docente do Instituto de Ciências da Educação; Larissa Steiner Chermont, representante docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Joelma Morbach, representante docente do Instituto de Ciências Exatas e Naturais; Marcus Vinicius Domingues, representante docente do Instituto de Estudos Costeiros; Carlos Cernadas Carrera, representante docente do Instituto de Letras e Comunicação; Carlos Valério Aguiar Gomes, representante docente do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares; Aline Maria Meiguins de Lima, representante docente do Instituto de Geociências; Tadeu Oliver Gonçalves, representante docente do Instituto de Educação Matemática e Científica; Jane Felipe Beltrão, representante docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Carlomagno Pacheco Baia, representante docente do Instituto de Ciências da Saúde; José Inácio Lemos, representante docente do Instituto de Medicina Veterinária; Daniel Souza Barroso, representante docente da Escola de Aplicação; Adelbert Santana Carneiro, representante docente da Escola de Música; Voyner Ravena Cañete, representante docente do Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia; Marcela Vecchione Gonçalves, representante docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Maria Ataíde Malcher, representante docente do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão; Ney Cristina Monteiro de Oliveira, representante docente do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica; Bruno Merlin, representante docente do Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia; Carlos Barbosa Alves de Souza, representante docente do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento; Edna Aoba Yassuí Ishikawa, representante docente do Núcleo de Medicina Tropical; Caio Filipe Bezerra Macedo, representante docente do *Campus* Universitário de Salinópolis; Vanessa Conceição dos Santos, representante docente do *Campus* Universitário de Tucuruí; Flávio Vargas Andrade, representante docente do *Campus* Universitário de Abaetetuba; Ronilson de Sousa Santos, representante docente do *Campus* Universitário de Altamira; Aluísio Fernandes da Silva Júnior, representante docente do *Campus* Universitário de Ananindeua; Leandro Oliveira do Nascimento, representante docente do *Campus* Universitário de Breves; Paulo Lucas da Silva, representante docente do *Campus* Universitário de Castanhal; Eraldo Souza do Carmo, representante docente do *Campus* Universitário de Cametá; Maria Roseane Corrêa Pinto Lima, representante docente do *Campus* Universitário de Bragança; representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: Lauriceia Valente, Fernanda Brasil dos Santos Lobo, Gilmar Wanzeller

Siqueira, Maria Zila da Silva Camarão, Marcos Rodrigo da Conceição Nascimento; representantes dos Discentes: Lucas Batista Paixão Ferreira, Claudomiro Gregório Neto, Adriano Mendes de Souza, Eduardo Protázio Filgueiras, Ana Letícia Raiol Correia e Ronaldo Amanayé; representantes da Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará: Ivan Carlos Ferreira Neves. Convidados: Anderson Francisco Guimarães Maia, Maissa Trajano e Rafael Miyake.

1. ABERTURA. Com a palavra, o Senhor Presidente saudou a todos e deu início à Sessão. Em seguida, deu as boas-vindas aos presentes. Prosseguindo, registrou a sua total solidariedade, em nome de toda a Universidade, por aqueles que foram acometidos pela Covid-19. Continuando, agradeceu aos membros do Conselho e a toda a comunidade universitária pela confiança depositada em seu nome e no nome do professor Gilmar Pereira da Silva para que eles possam continuar a trabalhar pela Instituição. Em seguida, agradeceu ao professor Nelson José de Souza Júnior, Pró-Reitor de Extensão, que esteve conduzindo a Reitoria da Universidade por quase dois meses. Disse, ainda, que a condução do Conselheiro Nelson José de Souza Júnior à frente da UFPA foi pautada pela dedicação, eficiência e transparência. Acrescentou, ainda, que o referido Conselheiro conduziu todo o processo deliberativo da Instituição com bastante propriedade. Prosseguindo sua fala, esclareceu que todo o conjunto documental para a formação da lista tríplice do processo de escolha de Reitor e de Vice-Reitor da UFPA, quadriênio 2020-2024, foi consolidado pela Secretaria-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (SEGE), com apoio da equipe do Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão, e, posteriormente, encaminhada ao Ministério da Educação (MEC). Disse, também, que a UFPA aguarda a tramitação do processo, sendo usual que este seja analisado por uma equipe técnica e jurídica, sendo que, após essa análise, segue para a Casa Civil da Presidência da República, na qual também o processo é submetido a uma avaliação para, em seguida, o nome do novo dirigente seguir para publicação no Diário Oficial da União (DOU).

2. ORDEM DO DIA. 2.1. Comissão Especial. Assunto: Relato da Comissão Especial do CONSEPE sobre Atividades Acadêmicas na UFPA e encaminhamentos. 2.2. Câmara de Ensino de Graduação. 2.2.1. Fase de Julgamento. 1) Processo n. 037715/2019. Interessada: Edna Maria Ramos de Castro. Assunto: Concessão do Título de Professora Emérita à Docente da UFPA Edna Maria Ramos de Castro. Relator: Tadeu Oliver Gonçalves. Com a palavra, o Senhor Presidente propôs a inversão da pauta para que seja deliberado inicialmente o Processo nº 037715/2019, da interessada Edna Maria Ramos de Castro, que trata da concessão do Título de Professora Emérita à Docente da UFPA. Em seguida, disse que o parecer referente ao processo foi lido na 1ª Reunião Ordinária do dia 14.1.2020, cabendo, nesse momento, apenas a deliberação. Com a palavra, a Conselheira Jane Felipe Beltrão ressaltou que, embora a professora estivesse atualmente no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), esta iniciou sua carreira docente na UFPA, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Disse, ainda, que é uma honra ter um professor emérito vindo do IFCH. Finalizou sua fala agradecendo a todos pela possibilidade de concessão de mais esse título a uma mulher. Não havendo mais manifestações, o Senhor Presidente dispôs em votação o parecer favorável, na qual foi aprovado com 44 votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção. Em seguida, o Senhor Presidente ressaltou que a professora Edna Maria Ramos de Castro é uma das principais lideranças acadêmicas na Universidade, com uma história de quase 50 anos dedicados à UFPA, contribuindo não só com a formação de pessoas, mas também com a pesquisa e com a construção de políticas voltadas ao fortalecimento de nossa instituição. Finalizou dizendo que seu trabalho tem projetado a UFPA em ambientes nacionais e internacionais, sempre com grande reconhecimento, e que o título de Professora Emérita honra muito a nossa universidade. Com a palavra, o Senhor Presidente passou a tratar sobre a Comissão Especial do CONSEPE, referente às Atividades Acadêmicas na UFPA, e sobre posteriores encaminhamentos. Em seguida, disse que a reunião não tem caráter deliberativo, mas visa a tratar de alguns aspectos norteadores sobre o ensino, considerando a necessidade de segurança no contexto do prolongamento da pandemia, além da garantia da inclusão digital de discentes e da qualidade do ensino. Prosseguindo, disse que o Conselheiro Edmar Costa, Pró-Reitor de Ensino de Graduação e integrante da Comissão Especial, apresentará os primeiros pontos sistematizados pela Comissão, com vistas à proposição de alternativas para a oferta de atividades acadêmicas. Com a palavra, o Conselheiro Edmar Tavares da

Costa fez uma retrospectiva das decisões tomadas pela Instituição desde o início da pandemia, entre elas, a suspensão das atividades presenciais e do calendário acadêmico por tempo indeterminado. Em seguida, apresentou um resumo dos números da pandemia nas últimas semanas, assim como as bases das discussões empreendidas pela Comissão Especial quanto à possibilidade de retomada das atividades acadêmicas na UFPA. Prosseguindo, ressaltou que atualmente está em vigor a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, do Ministério da Educação (MEC), que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Disse, também, que a portaria prevê que é de responsabilidade da própria Universidade prover os alunos com ferramentas adequadas para participar das aulas por meios digitais. Continuando, esclareceu que a mesma iniciativa vale para os cursos que têm as práticas profissionais de estágios ou as práticas que exijam laboratórios especializados. Em seguida, ressaltou que essa portaria colocou a Instituição num dilema entre escolher aulas presenciais e aulas por meios digitais ou até mesmo em optar por aguardar o desenrolar da pandemia. Acrescentou, também, que, até aquele momento, ou seja, junho, a expectativa era que brevemente se poderia retornar ao ensino presencial tradicional e, dessa forma, fazer a reposição do calendário acadêmico dentro do que as instituições estavam acostumadas a fazer quando ocorria uma greve. Acrescentou, ainda, que, após levantamentos, pôde se constatar que, até o momento, trinta e sete Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) aprovaram alguma forma de ensino remoto emergencial como modo de dar continuidade às atividades da graduação nas universidades. Acrescentou, também, que foi elaborada uma minuta de Resolução que flexibiliza, no âmbito da UFPA, a apresentação de conteúdos finalizadores, tais quais: Trabalho de Conclusão de Cursos e monografias. Disse, ainda, que foram constituídos grupos de estudos, os quais trouxeram resultados positivos. Disse, também, que, segundo o diagnóstico da Comissão Especial, o retorno presencial ainda em 2020 é inviável e que, nesse momento, a melhor alternativa é que se mantenha suspensa a oferta presencial dos componentes curriculares, tendo em vista que os índices epidêmicos do novo coronavírus no Pará ainda estão altos, com avanços principalmente nos municípios do interior. Em seguida, ressaltou que o isolamento social ainda é o método mais eficaz para conter a propagação do vírus e reforçou que a Comissão Especial não recomenda o retorno presencial das atividades a curto prazo. Acrescentou que a Comissão sugeriu adotar novas estratégias para a realização de atividades acadêmicas como a adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Acrescentou, ainda, que a Comissão recomendou a continuidade dos estudos para verificar a viabilidade de adoção de atividades específicas que possam ocorrer de modo híbrido, sendo que o ensino de forma remota só poderá ocorrer se houver ações preparatórias por parte da administração superior, como a adoção de uma política de inclusão digital para os discentes e cursos de capacitação para docentes e discentes, além de investimentos em infraestrutura física e tecnológica na instituição. Em seguida, ressaltou que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e, se aprovado, será de forma temporária. Novamente com a palavra, o Senhor Presidente disse que não está em pauta a retomada do semestre letivo, tal qual ele foi ofertado no início do ano. Disse que a discussão é sobre a possibilidade de oferta de atividades remotas emergenciais, desde que garantida a segurança, a inclusão e a qualidade. Disse, ainda, que eventuais decisões quanto ao Ensino Remoto Emergencial precisarão respeitar a realidade de uma Universidade *Multicampi*. Prosseguindo, disse que, sobre o aspecto da segurança, não são possíveis nem cabíveis 50 alunos dentro de uma sala de aula, sendo essa possibilidade afastada. Disse que, quanto ao aspecto da inclusão, não é possível adotar o ERE, se não houver garantia de acesso às tecnologias de informação aos discentes. Disse, também, que, quanto à qualidade, a Universidade não pode querer ofertar, no modo remoto, tudo aquilo que se oferta no modo presencial, pois são situações bem distintas. Finalizou sua fala informando que o Ministério da Educação firmou acordo com a Rede Nacional de Pesquisas, a qual fez uma chamada pública, para contratar empresas que possam fornecer pacotes de dados para serem disponibilizados para alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Em seguida, recomendou aos Conselheiros que, diante dos esclarecimentos, todos possam debater o assunto considerando primeiramente as questões centrais e depois as implicações específicas de cada realidade. Disse, ainda, que a questão mais importante é sobre a adoção ou não do Ensino Remoto Emergencial. Disse, também, que a

comunidade precisa ficar esclarecida sobre a forma como o ensino será realizado. Disse, ainda, que a discussão da solução envolve atender não apenas ao ensino de graduação, mas também a pós-graduação, o ensino básico, técnico e tecnológico, sendo que a decisão que for tomada precisa dar flexibilidade às Unidades. Ressaltou, ainda, que o Ensino Remoto Emergencial compreenderia os períodos letivos 2020.2, 2020.3 e 2020.4. Em seguida, falou que a oferta na modalidade remota não poderá ser impositiva ao discente e que se deverá discutir se haverá priorização de concluintes ou dos ingressantes, sendo necessário considerar que há um contingente grande de discentes da Universidade que ingressariam no período 2020.4 e que aguardam a efetivação do vínculo na Universidade. Prosseguindo, ressaltou que a preocupação com a inclusão dos discentes é necessária. Finalizou sua fala dizendo que essas são as recomendações gerais para o debate e que, nesse momento, não haverá nenhuma decisão, haverá apenas contribuições das Unidades/Subunidades para que se possam construir consensos. Com a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver Gonçalves, do Instituto de Educação Matemática e Científica, ressaltou que as aulas da Pós-Graduação do instituto iniciaram antes da pandemia e, nesse sentido, houve consenso dos alunos em continuarem as aulas, mesmo que de modo remoto. Disse, ainda, que a experiência é que, em alguns dias, a internet funcionava perfeitamente, mas, em outros, havia certa dificuldade. Disse, também, que a Pós-Graduação se diferencia bastante da Graduação, especialmente quanto à área de Educação. Continuando, ressaltou que não vê dificuldades no ensino remoto e que não vislumbra nenhuma possibilidade, nesse momento, de haver aulas presenciais. Acrescentou, ainda, que é necessário haver divisão entre a Graduação e a Pós-Graduação, pois a Pós-Graduação apresenta especificidades. Acrescentou, também, que o Instituto de Educação Matemática e Científica realizou uma pesquisa, a qual foi baseada levando em consideração a garantia da segurança, da inclusão e da qualidade, e, em sua maioria, os discentes responderam à pesquisa considerando que é possível haver as aulas de modo remoto. Disse, ainda, que essa ideia de não ofertar todo o elenco de disciplinas em que os alunos estavam matriculados favorecerá bastante a aceitação da proposta do ensino remoto. Finalizou dizendo que a Congregação deverá se reunir brevemente para alinhar uma proposta. Com a palavra, o Conselheiro Ivan Carlos Ferreira Neves parabenizou a Comissão Especial pelo excelente trabalho realizado e disse que a Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará deliberou, em assembleia virtual, sobre o cancelamento do período letivo – primeiro semestre, ainda que saiba que essa é uma prerrogativa da Universidade. Acrescentou, ainda, que a Associação não é contra o uso de tecnologias, mas não é aceitável que certas circunstâncias prejudiquem a qualidade e a excelência do ensino superior. Disse, também, que a discussão diz respeito à excelência versus a precariedade do ensino. Finalizou dizendo que seria plausível pensar em atividades de formação que não sejam computadas como atividades curriculares regulares. Novamente com a palavra, o Senhor Presidente esclareceu que não está em discussão o cancelamento do semestre nem a substituição do ano escolar pelo Ensino Remoto Emergencial e que a Escola de Aplicação poderá ofertar um conjunto de atividades formativas de modo emergencial e de modo remoto, sem prejuízo de que o discente possa retornar de onde parou no modo presencial, quando as atividades retornarem. Com a palavra, o Conselheiro Eduardo Protázio Filgueiras saudou a todos e, em especial, a Comissão Especial, e disse que as questões levantadas pela Comissão são muito importantes. Disse, ainda, que esses momentos de discussão são enriquecedores e acrescentou que há uma parcela significativa de estudantes que não tem acesso à internet e aqueles que têm possuem-na de forma precária. Finalizou dizendo que o próprio aspecto socioeconômico é responsável pela evasão nas universidades e o Ensino Remoto Emergencial, de certa forma, elevará essa evasão. Disse, ainda, que os questionários que estão sendo produzidos sejam aplicados para os estudantes. Com a palavra, o Conselheiro Paulo Lucas da Silva disse que, sobre o Ensino Remoto Emergencial, há algumas dificuldades que precisam ser consideradas, não apenas com relação aos discentes, mas também quanto aos docentes. Disse, ainda, que há algumas implicações jurídicas, entre elas: o trabalho remoto, pois a contratação dos docentes foi para o trabalho presencial. Disse, ainda, que há algumas implicações quanto ao uso da residência para fins comerciais. Em seguida, parabenizou o cuidado e o zelo que a Reitoria tem tido com os docentes. Com a palavra, a Conselheira Voyner Ravena Cañete, representante docente do Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia, disse que a Universidade possui um conjunto de características

peculiaridades, entre as quais, a diversidade e a pluralidade. Disse, ainda, que a realidade da UFPA é bastante diferente e que, do ponto de vista da gestão, o tema deverá ser tratado com cautela. Reforçou, ainda, que não se está pensando em mudança curricular, mas em mudanças para atender às atividades emergenciais. Pontuou, ainda, que essa mudança é um teste para o ano de 2021. Finalizou sua fala reforçando que outras instituições também estão se movendo para, de alguma forma, resolver ou amenizar essa questão. Disse, também, que a segurança, a qualidade e a inclusão são os novos pilares que se juntam ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Disse, ainda, que é necessário mapear para identificar quais são os setores e quais são os alunos vulneráveis, para poder tomar alguma posição. Com a palavra, o Conselheiro Orlando Franco Maneschy, representante docente do Instituto de Ciências da Arte, parabenizou o Conselheiro Edmar Tavares da Costa e sua equipe pelo trabalho realizado na Comissão Especial. Em seguida, disse que, no que se refere à Pós-Graduação, os trabalhos seguiram sendo realizados, na medida do possível, mas sempre usando as plataformas disponíveis. Disse, ainda, que foram realizadas Qualificações e Defesas. Pontuou que, sobre a questão da vulnerabilidade, os alunos do Instituto de Ciências da Arte, em sua maioria, são vulneráveis economicamente. Disse, também, que a maioria dos alunos só acessa internet na Universidade. Finalizou indagando de que forma será feito o Ensino Remoto Emergencial. Novamente com a palavra, o Senhor Presidente explicou que o debate é para discutir a viabilidade de a Universidade ofertar ou não algumas atividades acadêmicas de modo remoto. Disse, ainda, que cada Unidade avaliará quais atividades são possíveis de se ofertar. Disse, ainda, que a oferta do Ensino Remoto Emergencial não será impositiva, mas sim por adesão e que o discente que fizer a atividade, se aprovado, poderá creditar a disciplina, no futuro, e não precisará fazer no formato presencial. Em seguida, disse que, quanto à Pós-Graduação, essa é uma questão sensível devido às exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mas, do ponto de vista da Universidade, poderá haver a prorrogação do prazo de conclusão do curso, no entanto há questões que são específicas da CAPES, como a contagem do prazo de titulação, que é um critério usado para avaliar os cursos. Com a palavra, o Conselheiro João Cauby de Almeida Júnior reforçou que a Universidade tem enfrentado desafios para seguir diante desse quadro pandêmico. Disse, ainda, que é necessário que todos se mantenham unidos e que a Universidade encontre caminhos para superar as dificuldades. Com a palavra, o Conselheiro Daniel Souza Barroso, representante docente da Escola de Aplicação, ressaltou que, perante qualquer proposta de ensino possível para o retorno das atividades na Universidade, é importante ponderar, mas sempre considerando a inclusão, a capacitação e a infraestrutura. Disse, ainda, que, no caso específico da Escola de Aplicação, há uma enorme preocupação com a evasão e ressaltou que, mesmo que seja por adesão, há também o aspecto do não querer, que é diferente do não poder. Disse, também, que, por tratar-se de Ensino Remoto Emergencial, seria prudente pensar em grupos prioritários como ingressantes e concluintes. Finalizou sua fala dizendo que o principal objetivo é agregar e não excluir, portanto é necessário haver cuidados. Com a palavra, o Conselheiro Claudomiro Gregório Neto disse que o Ensino Remoto Emergencial é uma excepcionalidade e ressaltou que os representantes do Diretório Central dos Estudantes se reuniram com os representantes dos Centros Acadêmicos para deliberar sobre o assunto, e, dessas conversas, saíram algumas questões, entre as quais, o fato de que o maior problema dos *campi* está na inclusão digital. Disse, ainda, que é necessário haver um plano de inclusão digital específico para a comunidade acadêmica. Finalizou dizendo que, sem a inclusão digital, o Ensino Remoto Emergencial se mostra negativo. Com a palavra, o Conselheiro Ronaldo Amanayé ressaltou que a Comunidade Indígena está bastante preocupada, principalmente quando se trata de auxílios, pois a Bolsa Permanência do MEC é essencial para a sobrevivência dos estudantes indígenas fora de seu domicílio. Disse, ainda, que foi feita uma pesquisa com os estudantes indígenas para saber sobre o acesso à internet, e a pesquisa detectou que a maioria não possui nenhum tipo de conexão. Finalizou dizendo que é necessário inovar e incluir na Universidade, sendo esta a maior da Amazônia e a mais diversa do mundo. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Cernadas Carrera, representante docente do Instituto de Letras e Comunicação, ressaltou que as situações fogem à normalidade e demandam soluções diferenciadas, reforçou, ainda, que a vida é cheia de incertezas, mas as incertezas não devem estar associadas ao imobilismo, portanto, sabendo que a situação não é a ideal, deve-se encontrar a

257 melhor solução possível, mas tendo consciência de que não será a ideal. Disse, ainda, que se deve
258 trabalhar pela excelência na formação e desejar que seja do modo mais eficaz, considerando as
259 limitações da atual conjuntura, que é marcada pela pandemia. Disse, também, que se deve lutar pela
260 solução menos prejudicial, que, neste momento, se acredita que seja a retomada das aulas pelo
261 Ensino Remoto Emergencial. Acrescentou, ainda, que o Instituto de Letras e Comunicação aplicou
262 questionários perguntando aos alunos sobre o ERE, sendo que a maioria respondeu que dispõe de
263 acesso às Tecnologias da Informação necessárias para realizar as atividades acadêmicas. Disse,
264 ainda, que a minoria de alunos que não tem acesso à internet não poderá ficar prejudicada com a
265 retomada das atividades. Continuando, disse que, nesse sentido, o instituto propõe que as atividades
266 viáveis sejam retomadas, ainda que remotamente, e também que existam ofertas de espaços na
267 Universidade para que os alunos sem acesso à internet possam participar das atividades remotas, e
268 citou o exemplo do Laboratório de Informática, que poderá ser disponibilizado aos alunos com
269 vulnerabilidade. Disse, ainda, que a segurança sanitária deverá ser priorizada no retorno parcial das
270 atividades e que é importante que seja providenciada formação pedagógica para os docentes.
271 Finalizou dizendo que o instituto não deseja ser cerceado da possibilidade de optar pela retomada
272 do Ensino Remoto Emergencial. Com a palavra, a Conselheira Maria Elena Crespo López,
273 representante docente do Instituto de Ciências Biológicas, reforçou o que disseram outros
274 Conselheiros acerca de que deverá haver um mapeamento das pessoas em situação de
275 vulnerabilidade. Disse, ainda, que é importante a chamada pública para garantir a inclusão digital
276 dos alunos da UFPA, como é importante também propor um debate com os docentes para explicar
277 de que forma será realizado o ensino remoto. Finalizou dizendo que seja proposto algo para premiar
278 as soluções inovadoras na aprendizagem. Disse, ainda, que há muitas dúvidas dos docentes,
279 principalmente sobre a forma como será realizado o ensino remoto. Com a palavra, a Conselheira
280 Ana Letícia Raiol Corrêa ressaltou que a maior dificuldade dos discentes é quanto ao acesso à
281 internet e que é necessário haver um mecanismo para amenizar essas dificuldades. Com a palavra, o
282 Conselheiro José Inácio Lemos, representante docente do Instituto de Medicina Veterinária,
283 ressaltou que há diferenças quanto aos alunos da graduação e aos da pós-graduação, sendo que a
284 graduação tem maior dificuldade no acesso à internet. Disse, ainda, que o instituto possui várias
285 dúvidas, principalmente quanto aos estágios e ao Trabalho de Conclusão de Cursos. Disse, ainda,
286 que, para além disso, ainda há a dificuldade de acesso à internet daqueles estudantes que residem
287 em lugares distantes. Finalizou indagando sobre o acompanhamento psicossocial dos docentes e dos
288 estudantes. Com a palavra, a Conselheira Jane Felipe Beltrão, representante docente do Instituto de
289 Filosofia e Ciências Humanas, ressaltou que, como representante do ILC, está satisfeita com a
290 movimentação da reunião, pois havia a ideia de se trabalhar essas questões sem pressa e ressaltou,
291 ainda, que as outras proposições dentro da comunidade do instituto é o apoio digital e o apoio social
292 às pessoas que são mais vulnerabilizadas dentro da Universidade. Disse, ainda, que é consenso de
293 todos que, com o retorno não presencial, se pense na segurança, na inclusão e na qualidade do
294 ensino. Disse, ainda, que, com o retorno não presencial, serão necessários ajustes e compromisso de
295 todos. Disse, também, que é importante pensar nos povos indígenas, que têm dificuldades de acesso
296 à internet. Acrescentou que é necessário pensar na flexibilização, pois a atual situação exige.
297 Acrescentou, ainda, que seria necessário trabalhar alinhado com os sistemas operativos e citou a
298 PROGEPI e a PROPLAN, pois será necessário trabalhar com os Planos de Trabalhos. Em seguida,
299 disse que o SIGAA deverá ficar aberto para o aluno se desligar da disciplina no último dia se ele
300 assim desejar. Em seguida, propôs que seja dado um tratamento diferenciado aos concluintes desde
301 a educação infantil até o pós-doutorado. Finalizou sua fala ressaltando a importância de dar atenção
302 aos docentes étnico-raciais. Falou ainda da importância de haver salas especiais para atender aos
303 discentes e de o atendimento ser de modo seguro para todos. Com a palavra, a Conselheira
304 Fernanda Brasil dos Santos Lobo disse que é necessário pensar no acesso de todos e que seja feita
305 uma chamada para saber qual a opinião dos alunos a respeito do Ensino Remoto Emergencial,
306 ressaltou que é apressado pensar no ERE para 2021, pois o Decreto nº 544/2020, do Ministério da
307 Educação (MEC), autorizou a prorrogação do ensino remoto até 31 de dezembro de 2020 e indagou
308 se o ensino nesse formato não causará a diminuição da verba para as instituições. Com a palavra, a
309 Conselheira Maria Ataíde Malcher ressaltou que é necessário pensar sobre os conceitos das

Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), pois, em alguns momentos, esses conceitos estão sendo colocados de qualquer forma. Em seguida, chamou atenção para o conceito de educação remota, pois se está trabalhando com o conceito de apenas uma perspectiva e, na verdade, existem várias. Continuando, disse que as TDIC são compreendidas como um conjunto de equipamentos e aplicações tecnológicas que geralmente utilizam a internet e diferenciam-se das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pela presença do digital. Disse, ainda, que é necessário estar aberto à busca de soluções e, para isso, é preciso acionar todas as nossas competências e habilidades. Finalizou sua fala dizendo que todos devem ser criativos e inovadores. Disse, ainda, que é necessário haver união para superar as adversidades, pois a Universidade é capaz de se reinventar a todo instante. Com a palavra, o Conselheiro Tadeu Oliver Gonçalves ressaltou que o objetivo desta reunião é avaliar qual a melhor solução para que os alunos não fiquem prejudicados, haja vista que se vive uma situação de excepcionalidade. Disse, também, que a burocracia não deve impedir os avanços que chegam para beneficiar os alunos neste momento de crise. Com a palavra, o Conselheiro Luiz Alberto Gurjão Sampaio de Cavalcante Rocha, representante docente do Instituto de Ciências Jurídicas, ressaltou que há certas dificuldades de alguns docentes quanto ao uso do ambiente virtual, além da dificuldade em transferir o conhecimento por meio desses sistemas. Disse, ainda, que é necessário que haja capacitação dos docentes. Disse, também, que talvez seja preciso haver uma análise dos componentes curriculares para que sejam indicadas quais disciplinas podem ser oferecidas aos discentes pelo ambiente virtual. Com a palavra, o Conselheiro Eraldo Souza do Carmo, representante docente do *Campus* Universitário de Cametá, reforçou a ideia de que, em situações de excepcionalidade, se exijam medidas excepcionais. Disse, ainda, que é necessário haver diálogo de todos. Disse, também, que todas as Unidades estão fazendo levantamentos para ter ideia da situação da exclusão digital. Finalizou dizendo que é necessário ouvir os estudantes para saber das demandas. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Valério Aguiar Gomes, representante docente do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, ressaltou que, analisando o perfil dos alunos do Instituto, se chegou à conclusão de que a grande maioria dos estudantes não estaria atualmente no ensino superior se não fosse algum tipo de política inclusiva. Disse, ainda, que mais de 60% dos estudantes são oriundos de municípios do interior e de comunidades. Disse, também, que se sente satisfeito com as discussões e com a preocupação em torno de políticas inclusivas. Finalizou dizendo que é importante reforçar, junto à comunidade universitária, que este não é o momento oportuno para o retorno das aulas presenciais. Acrescentou, ainda, que é sabido que alguns professores não se sentem confortáveis com aulas remotas, mas é importante destacar que é de forma emergencial. Com a palavra, a Conselheira Ney Cristina Monteiro de Oliveira, representante docente do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, destacou que é integrante da Comissão Especial do CONSEPE que analisa os documentos e acrescentou que também é de opinião que este não é o momento do retorno das aulas presenciais. Disse, ainda, que é favorável ao retorno das aulas pelo ensino remoto emergencial, mas isso não elimina algumas preocupações, entre as quais, a questão do acesso dos estudantes às aulas e ressaltou que esta é uma questão importante e urgente. Disse, também, que o lançamento dos editais de ajuda aos estudantes deverá ser publicado o mais rápido possível. Acrescentou que é necessário aplicar metodologias de trabalho renovadas, sendo síncronas e assíncronas, e esclareceu que não se pode eliminar nenhuma possibilidade de retorno das atividades. Finalizou sua fala reforçando que os editais cumprem o papel de dar o apoio necessário aos estudantes para que possam ter acesso à internet e, nesse sentido, indagou se a UFPA tem orçamento para esses editais. Acrescentou também que a outra preocupação é quanto à capacitação dos docentes e dos técnicos para que se possam atuar nessas condições. Com a palavra, o Conselheiro Eduardo Protázio Filgueiras ressaltou que, de forma nenhuma, se pode esquecer dos dados apresentados pelo Conselheiro Edmar Tavares da Costa no que diz respeito aos números da pandemia. Disse, ainda, que é necessário pensar se a flexibilização acarretará algum prejuízo aos alunos, pois é evidente que uma parcela dos estudantes conseguirá prosseguir com os seus estudos, no entanto uma parcela bem maior será excluída. Finalizou dizendo que essa proposta de flexibilização para o Ensino Remoto Emergencial rompe princípios da própria Universidade como equidade e isonomia. Em seguida, destacou que é importante que os

questionários que estão sendo aplicados pelas Unidades sejam centralizados para que se possa ter um panorama do perfil socioeconômico dos estudantes. Com a palavra, o Conselheiro Leandro Oliveira do Nascimento, representante docente do *Campus* Universitário de Breves, fez uma rápida análise do perfil socioeconômico dos estudantes desse *Campus* e destacou que 42,7% dos estudantes responderam ao relatório socioeconômico. Destacou, ainda, que, do total de alunos que responderam ao relatório, 82,9% ingressaram na Universidade por cota e 88, 2% se autodeclararam negros. Disse, ainda, que 62,1% responderam que não possuem condições para realizar atividades *on-line*. Finalizou dizendo que, nessas condições, não é possível o *Campus* de Breves realizar as atividades remotas. Disse, ainda, que é importante ressaltar que, com a discussão que ora acontece, surgiram vários fatos novos, como a chamada pública visando à inclusão digital e a chamada para auxiliar os docentes com a ajuda do NITAE, e ressaltou que a solução encontrada para Belém é difícil de funcionar para os *campi* do interior. Disse, também, que os representantes dos *campi* precisam se unir para construir soluções reais, as quais não serão as mesmas da capital. Acrescentou, ainda, que os dados apresentados confirmam que uma grande parcela dos estudantes será a excluída do Ensino Remoto. Novamente com a palavra, o Senhor Presidente ressaltou que a Administração Superior é sensível às causas dos *campi* e às suas particularidades. Em seguida, acrescentou que, após o CONSEPE finalizar as discussões e as decisões do Ensino Remoto Emergencial, haverá também outro assunto delicado para tratar, que é sobre o vestibular. Prosseguindo a reunião, o Senhor Presidente disse que a forma como o debate está sendo conduzido mostra que as decisões estão sendo tomadas com autonomia, responsabilidade e preocupação em cumprir a nossa missão. Disse, ainda, que a decisão não pode ser às pressas, mas sim dialogando com a comunidade. Em seguida, refletiu sobre o que seria melhor: fazer algo ou não fazer nada, pois, conforme seu entendimento, a exclusão social permanecerá ainda maior se não se fizer nada, porque os que têm recursos continuam sendo formados ao longo da pandemia e frequentando os mais diversos cursos. Disse, ainda, que a maior preocupação é como se constrói essa inclusão digital para que todos tenham acesso às atividades formativas. Continuando, disse se seria prudente a UFPA lançar um Edital de Chamamento Público para a Inclusão Digital, com o objetivo de mapear o tamanho da necessidade dos estudantes. Após as discussões, a reunião findou com os seguintes encaminhamentos: a) o CONSEPE realizará reuniões semanais para continuar trabalhando com a comunidade acadêmica para encontrar uma solução possível para a Universidade; b) será proposta uma minuta de Resolução que incorporará os trabalhos da Comissão Especial e as reflexões apresentadas na reunião, que ora acontece e c) A UFPA lançará um Edital de Chamamento Público a fim de mapear a real necessidade para garantir a inclusão digital dos alunos da UFPA. **3. ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu ao comparecimento dos Senhores Conselheiros e, às dezenove horas e vinte minutos, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza, Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e pelos demais presentes.